

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 31/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6840/2024

Data da Abertura da Sessão: 09/12/2025 ÀS 13h30min

AIR LIQUIDE BRASIL LTDA., sociedade empresária, com sede estabelecida na Av Morumbi, 8234 - 3.andar, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04703-901, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 00.331.788/0001-19, e com filial estabelecida na Estrada da Boa Esperança, nº 650, Belford Roxo/RJ, inscrita sob C.N.P.J. n.º 00.331.788/0006-23, doravante denominada **Recorrente**, por intermédio de seu procurador que a esta subscreve, com fundamento no Art. 168 da Lei nº 14.133/2021, vem, respeitosamente e tempestivamente, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão de habilitação da empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, doravante denominada **Recorrida**, deste processo licitatório, requerendo que seja este recebido e, após analisado, seja reformada a decisão proferida ou faça-o subir à Autoridade Superior, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LV, garante que:

“Art. 5º (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;” (g/n)

Com base nesta garantia constitucional, a Recorrente pede vênua a esta Douta Comissão de Licitação para apresentar seus memoriais de recurso contra a decisão do Nobre Julgador que declarou a empresa Recorrida habitada assim como Vencedora do certame de onde iniciou os procedimentos de habilitação e envio de documentos.

Porém, temos que discordar da análise do Ilmo. Pregoeiro sobre a decisão de “HABILITAÇÃO” da Recorrida pois, como iremos discorrer, ocorreram vícios insanáveis, resultando em **NÃO ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, conforme apontaremos a seguir.

Impende evidenciar que as razões que serão aqui apresentadas encontram respaldo nos princípios e normas que regem o processo licitatório e no entendimento pacificado dos nossos mais ilustres juristas, razão pela qual o presente recurso não tem por objetivo procrastinar o regular andamento do processo licitatório em referência, mas tão somente garantir que os atos administrativos sejam realizados de forma a observar e cumprir os ditames legais que regulam o procedimento da licitação.

Sendo assim, conforme será fundamentado a seguir, as decisões do Nobre Julgador merecem ser reformadas, como forma de garantir a mais lúdima e impostergável JUSTIÇA.

2. PRELIMINARMENTE - DO CERCEAMENTO DE DEFESA – DIREITO CONSTITUCIONAL AO CONTRADITÓRIO À REPRESENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Como facilmente se vislumbra no presente processo licitatório, a Recorrida, ao deixar transcorrer *in albis* o prazo para a manifestação de intenção de recorrer e consequentemente a interposição do devido recurso administrativo contra sua inabilitação, renunciou tacitamente ao direito de questionar a decisão que lhe foi desfavorável, conforme dispõe o artigo 165, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, contrariamente a tudo o quanto antes decidido, é notório que tornou-se definitiva sua condição de inabilitada no certame, não cabendo qualquer medida posterior que tivesse por objetivo reverter tal decisão.

Porém, em clara tentativa de burlar as regras processuais e o rito da licitação, a Recorrida optou por apresentar uma peça de Representação Constitucional, por meio da qual juntou documentos que deveriam ter sido apresentados no momento oportuno, ou seja, na fase de habilitação.

Esse expediente adotado pela Recorrida e acatado por esta Administração, caracteriza flagrante afronta aos princípios da preclusão e da segurança jurídica, pois permitiu que uma empresa inabilitada obtivesse uma segunda oportunidade indevida para corrigir falhas documentais, em prejuízo das demais concorrentes que observaram estritamente as exigências do edital, no caso, a Recorrente.

Assim, esta Administração, ao invés de rechaçar de plano a juntada intempestiva de documentos e manter a inabilitação da Recorrida, entendeu por bem aceitá-los e reconsiderar a decisão inicial, habilitando-a no certame sem sequer oportunizar à Recorrente ou à qualquer outra empresa licitante o direito de se manifestar previamente, em flagrante afronta ao direito do contraditório e à ampla defesa, que devem ser

garantidos a todos os participantes da licitação, conforme preceitua o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Portanto, o aceite indevido de documentos fora do prazo e a reabilitação da Recorrida sem que as demais licitantes tivessem a oportunidade de se manifestar acerca das razões existentes na Representação Constitucional, tampouco de se manifestar acerca dos documentos intempestivamente juntados, maculam a lisura do procedimento licitatório, comprometendo a igualdade entre os concorrentes e conferindo um benefício indevido à empresa que não cumpriu as regras do edital, onde a imparcialidade e a transparência do certame foram gravemente comprometidas, tornando imperativa a anulação da decisão que reabilitou a Recorrida.

Nesse sentido, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LV, assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o direito ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Entretanto, no âmbito administrativo, é imperativo que esses direitos sejam garantidos de maneira efetiva e plena.

No contexto do devido processo legal, é fundamental que toda parte envolvida em um processo administrativo sancionador tenha a possibilidade de apresentar sua defesa de maneira ampla e efetiva. A impossibilidade de produzir provas e demonstrar a veracidade de suas alegações configura cerceamento de defesa, tornando a decisão administrativa nula por violar princípios constitucionais e processuais.

Como apontado anteriormente, no presente caso, não se tem notícia de que a Recorrente ou mesmo outra qualquer empresa licitante tenham sido instadas a exercer seu direito ao contraditório e ampla defesa em relação à Representação Constitucional apresentada, pois esta Administração sequer deu-se ao trabalho de comunicar a apresentação de referida peça pela Recorrida, nem por meio do *chat*, nem por meio de email ou telefonema, veículos estes utilizados para a convocação de reabertura de sessões, conduta essa comumente adotada para a convocação, basta consultar o processo em comento.

Assim, preliminarmente, é de rigor que esta Administração comprove que ofertou o direito ao contraditório e à ampla defesa, que comprove que permitiu às empresas licitantes exercerem o seu direito constitucional, pois da forma como realizada, esta Administração passou por cima de garantias constitucionais alheias, julgou e habilitou a Recorrida, sem maiores delongas.

Outrossim, é de salutar importância que o direito a ser observado detenha todos os elementos possíveis dos fatos tidos como desabonadores, logo, é de rigor que se demonstre a data em que as demais empresas licitantes foram instadas a se manifestarem acerca da Representação Constitucional apresentada pela Recorrida.

Ao impedir que as demais licitantes se manifestassem acerca da Representação Constitucional apresentada, esta Administração violou princípios fundamentais que regem o devido processo legal.

Portanto, o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, assegura que toda parte tenha oportunidade de se manifestar sobre os atos processuais,

com meios adequados para impugnar ou sustentar suas alegações. Quando a defesa é tolhida, esse princípio é diretamente afrontado.

O Princípio da Legalidade: A Administração Pública está vinculada à lei e deve respeitar o procedimento estabelecido, garantindo que todas as fases do processo sejam cumpridas, incluindo a produção de provas, e o indeferimento arbitrário fere esse princípio ao não seguir o rito adequado.

O Princípio da Motivação: Qualquer ato administrativo que restrinja direitos deve ser fundamentado, onde a negativa de provas sem justificativa adequada afronta esse princípio, tornando o ato passível de anulação.

O Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade: A vedação injustificada de provas constitui medida desproporcional, especialmente quando a instrução processual é essencial para esclarecer os fatos, ocasião em que o Supremo Tribunal Federal tem reiterado que atos administrativos devem respeitar esses princípios para garantir justiça no processo.

Portanto, a violação desses princípios comprometem a validade do processo administrativo sancionador, tornando nulas as decisões proferidas sem observância dos direitos fundamentais da parte, o que enseja nulidade dos atos coatores praticados.

3. DOS FATOS.

Na data de 09 de dezembro de 2025 houve abertura do certame modalidade Pregão Eletrônico n.º 31/2024, cujo objeto é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS PARA ATENDIMENTO DO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THERESINHA E DEMAIS VEÍCULOS (AMBULÂNCIA), COM RESERVATÓRIO E CILINDROS EM COMODATO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.”**

Resultou como arrematante a empresa Recorrida e após a análise dos documentos, em 16 de dezembro de 2024, foi declarada inabilitada, seguida pela empresa MLX Comércio de Gases Ltda, que também foi inabilitada.

Ato contínuo a Recorrente foi habilitada e nenhuma manifestação de intenção para a apresentação de razões recursais foi apontada, como segue:

16/12/2024 15:03:42	INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO	White Martins Gases Industriais Ltda inabilitado. Motivo: Informo que a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA encontra-se inabilitada conforme análise do Setor Técnico, que segue: A empresa não apresentou o item 9.12.2 do edital, referente ao licenciamento sanitário. Foi apresentada uma inspeção sanitária municipal (página 428) e não o licenciamento sanitário estadual conforme é previsto em Resolução SES 1058/2014, artigo 1º inciso 12; Com isso, devido a falta do documento (item 9.12.2 do edital) a empresa em questão está inabilitada".
16/12/2024 15:03:42	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	O detentor da melhor oferta é MLX COMERCIO DE GASES LTDA
16/12/2024 15:04:06	INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO	MLX COMERCIO DE GASES LTDA inabilitado. Motivo: Informo que a empresa MLX COMERCIO DE GASES LTDA encontra-se inabilitada conforme análise do Setor Técnico, que segue: A empresa não apresentou o item 9.12.2 do edital, referente ao licenciamento sanitário; Com isso, devido a falta do documento (item 9.12.2 do edital) a empresa em questão está inabilitada".
16/12/2024 15:04:06	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	O detentor da melhor oferta é AIR LIQUIDE BRASIL LTDA
16/12/2024 15:06:50	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		

Como se percebe, a Recorrida deixou transcorrer *in albis* a oportunidade para a manifestação de intenção de interposição das razões recursais.

Porém, diante da ineficácia e desídia da Recorrida, a mesma se valeu de uma Representação Constitucional, ocasião em que fez a juntada extemporânea do documento apontado como faltante por esta Administração.

Porém, há de se discordar da análise sobre a documentação da Recorrida, pois, como iremos discorrer, ocorreram vícios insanáveis, resultando em **NÃO ATENDIMENTO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, conforme apontaremos a seguir:

4. DO MÉRITO

a) DO NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL PELA RECORRIDA

Não há que se falar em ofensa ao princípio da proposta mais vantajosa, uma vez que os princípios norteadores da licitação pública devem ser entendidos em sua completude, e não interpretados isoladamente, ou privilegiando um em detrimento do outro.

Não se pode olvidar que a ADMINISTRAÇÃO DEVE SIM buscar seleção da proposta mais vantajosa, porém sem comprometer os demais princípios atinentes ao julgamento e processamento da licitação tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo das propostas.

a.1) DA AUSÊNCIA DO LICENCIAMENTO SANITÁRIO DA RECORRIDA

O edital assim dispõe em seu item 9.12. OUTROS DOCUMENTOS, como segue:

9.12.2. Apresentar Licenciamento Sanitário;

Cabe destacar que a Recorrida foi inabilitada pelo descumprimento ao **item 9.12.2. Apresentar Licenciamento Sanitário**, sendo certo que através de uma peça de Representação Constitucional, trouxe, intempestivamente, um protocolo de renovação da licença sanitária estadual, como segue:

MAR. 11: Atividade: Licença: Empresa: Endereço:	FUND. 114/2024 Agência Translacional 114/2024 Fundação Benedito Pereira Nunes. Rua Barão ao Da Lagoa Dourada, Nº 409 / 2º Andar - Centro - Campos dos Goytacazes - RJ 28.964.252/0001-50 E-08/102.068/2009 Hospitais E Clínicas Com Internação. 115/2024 Fundação Educacional Serra Dos Orgãos. Avenida Delfim Moreira, Nº 2211 - Vale Do Paraíso - Teresópolis - RJ 32.190.052/0003-78 E-08/109.707/1916 Hospitais E Clínicas Com Internação 116/2024 Clíssa Clínica São Silvestre Ltda. Rua Dr. Nilo Peçanha, Nº 940 - Nova Cidade - São Gonçalo - RJ	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE ATO DA SUPERINTENDENTE PORTARIA SUVISA Nº 3917 DE 02 DE MAIO DE 2024 CONCEDE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO. A SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo SEI-080001/003029/2024, e CONSIDERANDO: - o Artigo 2º do Decreto nº 1754 de 14/03/78; - o Decreto nº 45239 de 30/04/2015;	RESOLVE: Art. 1º- Instituir Grupo de Trabalho para elaboração dos documentos da qualidade para a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade na Superintendência de Vigilância Sanitária - GTQ. Art. 2º - O Grupo de Trabalho será constituído por 9 (nove) representantes servidores da Superintendência de Vigilância Sanitária, abaixo mencionados: I - Selma Moura Sobrinho da Paizão - Química I.D. 3146793-0 matrícula 0851956-6 II - Ana Paula de Almeida Queiroz - Farmacêutica I.D. 312.3772-0 matrícula 813608-9
--	--	---	---

Cabe destacar que o referido documento fora devidamente analisado pelo Departamento Técnico, que assim asseverou em sua decisão:

“A empresa apresentou devidamente a autorização de funcionamento válida emitida pela ANVISA, assim bem como os documentos pertinentes à responsabilidade técnica. Porém, foi solicitado conforme o item 9.12.2 do edital, o licenciamento sanitário, o qual foi apresentado uma inspeção sanitária ocorrida em 18 de março de 2024 e uma publicação em diário oficial na data de 07 de maio de 2024, não apresentando o referido documento do licenciamento sanitário.

A publicação em Diário Oficial dá publicidade ao ato de licenciamento, porém, o certame em questão solicita o documento da licença sanitária emitida.

Além disso, o sistema de Protocolo Online emite e envia o documento da licença sanitária para o e-mail cadastrado da empresa logo após aprovação do licenciamento, de forma automática. Considerando que a renovação da licença de funcionamento foi publicada em Diário Oficial na data de 07 de maio de 2024, entende-se que a empresa em questão já deveria possuir o documento da licença sanitária, não tendo justificativa para a não apresentação do mesmo.”

Ainda, na mesma esteira, a Sra. Pregoeira, assim asseverou:

“Considerando o despacho da Procuradora Geral do Município que nesta Administração “deve ser observado o princípio do formalismo moderado para o aceite do documento “certidão de licença sanitária estadual”, bem como a petição protocolada fora do ambiente estabelecido no edital, vez que sanável”;

.....

Ao analisar a orientação jurídica apresentada pela PGM, cumpre ressaltar que o princípio da economicidade, embora essencial à Administração Pública, não pode ser aplicado de forma isolada ou em detrimento de outros princípios igualmente relevantes, especialmente em certame relacionado à saúde pública.

No caso em questão, a ausência de documentação técnica por parte da empresa inviabiliza a comprovação de que o objeto ofertado atende aos requisitos estabelecidos no edital. Tal situação compromete não apenas a regularidade do procedimento licitatório, mas, também, a segurança e a integridade dos usuários do sistema de saúde público, que podem ser diretamente impactados pela aquisição de produtos ou serviços sem a devida comprovação técnica.

Ademais, a jurisprudência pátria e os entendimentos consolidados pela doutrina destacam que o princípio da economicidade não pode ser aplicado de maneira a flexibilizar exigências que visem garantir a idoneidade técnica do objeto licitado, especialmente em situações que envolvem a saúde pública. Nesse sentido, a economicidade deve estar condicionada ao atendimento prévio das condições estabelecidas no edital, sobretudo aquelas de natureza técnica.

Por fim, como pregoeira, faço constar que a reabertura de sessão e retroação de fase acontece frente à decisão jurídica motivada inicialmente por petição apresentada por empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA via e-mail. De acordo com grifos meus as deliberações tratam em habilitar empresa, uma vez que a mesma cumpriu exigências do edital (palavras da PGM) e abriu diligência para substituição de documentos em HIPÓTESE de complementação de documento.

Registro que em nenhum momento a Procuradoria Geral teve acesso aos documentos de habilitação apresentados pelas empresas para participação do certame, conforme registro de visualizações do trâmite #64 do processo nº 6840/2024 (trâmite em qual se encontra os documentos unificados apresentados pelas empresas na plataforma BLL Compras, para participação do Pregão nº 31/2024), razão a qual causa estranheza a habilitação da empresa sem acesso aos mesmos.

Registro, também, que o parecer da procuradoria quanto à reabertura para substituição de documentos em hipótese de complementação de documento também não foi esclarecido, uma vez que para esta ação é necessário dizer de forma clara qual documento apresentado está sendo complementado. Vejamos o que diz o art. 64, inciso I da lei 14.133/2021:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame”.

Ou seja, relativo a qual documento já apresentado pela licitante estaremos solicitando complementação?

Sendo assim, deixo registrado que, em caso de recurso ou demais dúvidas de licitantes com relação a este reabertura de sessão, NÃO ME CONSIDERO APTA A JULGAR, uma vez que não tive minhas dúvidas sanadas para retorno da sessão, que somente acontecerá devido aos pareceres jurídicos.”

Conforme se observa, tanto o Parecer do Departamento Técnico quanto o parecer da Pregoeira denotam que a decisão de inabilitação da Recorrida, deveria ter sido mantida, sem a sua estranha reforma para habilitada, pois a empresa não cumpriu a exigência expressa no edital ao deixar de apresentar o documento exigido para o licenciamento sanitário.

O item 9.12.2 do edital foi claro ao solicitar a apresentação da licença sanitária emitida, requisito indispensável para a habilitação no certame, porém, ao invés de apresentar a licença, a Recorrida juntou documentos diversos, consistentes em uma inspeção sanitária realizada em 18 de março de 2024 e uma publicação em Diário Oficial na data de 07 de maio de 2024, o que não supre a exigência do edital.

Como bem destacado pelo departamento Técnico, que é conhecedor do assunto em questão, por razões óbvias, é importante destacar que o sistema de Protocolo Online, utilizado para a obtenção do licenciamento sanitário, emite e envia automaticamente o documento da licença sanitária para o e-mail cadastrado da empresa assim que a solicitação é aprovada, e considerando que a renovação da licença de funcionamento da Recorrida foi publicada em Diário Oficial no dia 07 de maio de 2024, presume-se que, a partir dessa data, a empresa já deveria estar de posse da licença sanitária formalmente emitida, no entanto, a ausência de apresentação desse documento denota a patente irregularidade no cumprimento do requisito estabelecido no instrumento convocatório, não havendo justificativa plausível para a sua não apresentação.

Portanto, a exigência do licenciamento sanitário não pode ser relativizada, pois trata-se de um requisito fundamental para garantir a regularidade do exercício da atividade objeto da licitação e a segurança dos serviços a serem prestados.

Desta feita, o edital foi categórico ao estabelecer que a empresa deveria apresentar o documento específico, qual seja, a **Certidão de Licenciamento Sanitário**, não cabendo à esta Administração flexibilizar ou interpretar de maneira permissiva a aceitação de documentos diversos para suprir a exigência editalícia.

Diante desse cenário, a tentativa da Recorrida de substituir a licença sanitária por documentos distintos deve ser rechaçada, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia entre os licitantes e da segurança jurídica do certame. Permitir a habilitação da empresa sem a devida comprovação do requisito sanitário abriria um precedente perigoso e injusto em relação às demais licitantes que cumpriram integralmente as exigências do edital.

Assim, conforme entendimento do Departamento Técnico e da Sra. Pregoeira, que analisaram toda a documentação da Recorrida, ao contrário do entendimento da Procuradoria Geral do Município e do Advogado do Município que sequer visualizaram a documentação da Recorrida, resta evidente que a inabilitação da Recorrida é medida correta e necessária para resguardar a legalidade do procedimento licitatório.

Verifica-se assim, que qualquer tentativa de reversão da decisão de inabilitação da Recorrida, sob qualquer pretexto ou justificativa, configura afronta direta às regras do certame e compromete a transparência e a isonomia do processo.

Nesse sentido, a apresentação do **Licenciamento/Alvará Sanitário da Recorrida** é condição *sine qua non* para a habilitação de qualquer um dos licitantes, bem como se fundamenta na segurança e necessidade de atendimento aos critérios estabelecidos em lei e à regulamentação específica estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, visando minimizar eventuais riscos associados ao produto ofertados a esta Administração Pública.

A ausência de comprovação de regularidade da Recorrida quando não apresenta a Licença/Alvará Sanitário, deixa claro que, a Recorrida **NÃO POSSUI AS DEVIDAS AUTORIZAÇÕES e LICENÇAS, DESSA FORMA SENDO INDEVIDA A SUA HABILITAÇÃO.**

O conjunto do quanto antes narrado, aponta que a **RECORRIDA ESTÁ EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA.**

Destaca-se a base legal que corrobora a exigência dos documentos acima apontados:

A **Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976**, dispõe sobre vigilância sanitária sujeita a **medicamentos**, drogas, insumos farmacêuticos, **correlatos**, cosméticos, saneantes e outros.

“Art. 1º Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei número 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos.”(g/n)

“Art. 2º Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art.1 as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.”

“Art. 10. É vedada a importação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e demais produtos de que trata esta Lei, para fins industriais e comerciais, sem prévia e expressa manifestação favorável do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Compreendem-se nas exigências deste artigo as aquisições ou doações que envolvam pessoas de direito público e privado, cuja quantidade e qualidade possam comprometer a execução de programas nacionais de saúde”(g/n)

“TÍTULO II

Do Registro

Art. 12. Nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde.”(g/n)

“TÍTULO IV

Do Registro de Correlatos

Art. 25. Os aparelhos, instrumentos e acessórios usados em medicina, odontologia e atividades afins, bem como nas de educação física, embelezamento ou correção estética, somente poderão ser fabricados, ou importados, para entrega ao consumo e exposição à venda, depois que o Ministério da Saúde se pronunciar sobre a obrigatoriedade ou não do registro.”(g/n)

“TÍTULO VIII

Da Autorização das Empresas e do Licenciamento dos Estabelecimentos.

Art. 50. O funcionamento das empresas de que trata esta Lei dependerá de autorização do Ministério da Saúde, à vista da indicação da atividade industrial respectiva, da natureza e espécie dos produtos e da comprovação da capacidade técnica, científica e operacional, e de outras exigências dispostas em regulamento e atos administrativos pelo mesmo Ministério.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo será válida para todo o território nacional e deverá ser renovada sempre que ocorrer alteração ou inclusão de atividade ou mudança do sócio ou diretor que tenha a seu cargo a representação legal da empresa.

Art. 51. O licenciamento, pela autoridade local, dos estabelecimentos industriais ou comerciais que exerçam as atividades de que trata esta Lei, dependerá de haver sido autorizado o funcionamento da empresa pelo Ministério da Saúde e de serem atendidas, em cada estabelecimento, as exigências de caráter técnico e sanitário estabelecidas em regulamento e instruções do Ministério da Saúde, inclusive no tocante à efetiva assistência de responsáveis técnicos habilitados aos diversos setores de atividade.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo será válida para todo o território nacional e deverá ser renovada sempre que ocorrer alteração ou inclusão de atividade ou mudança do sócio ou diretor que tenha a seu cargo a representação legal da empresa.”(g/n)

A não observação do disposto nas leis vigentes que regem a matéria, deixa em aberto a possibilidade desta Administração contratar empresa que ofereça equipamento sem o devido Registro junto à ANVISA.

Conforme a **Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999**, a Agência promove a proteção da saúde da população por intermédio do **controle sanitário da comercialização de produtos e serviços**, isto engloba os serviços de fisioterapia e enfermagem e **instalação de equipamentos** que devem ser fiscalizados, conforme apontaremos:

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999.

CAPÍTULO II

**DA CRIAÇÃO E DA COMPETÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL
DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

(...)

“Art. 6º A Agência terá por finalidade institucional **promover a proteção da saúde da população**, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e **serviços submetidos à vigilância sanitária**, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras. (g/n)

(...)

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, **controlar e fiscalizar** os produtos e **serviços que envolvam risco à saúde pública**. (g/n)

§ 2º Consideram-se serviços submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência, aqueles voltados para a atenção ambulatorial, seja de rotina ou de emergência, os realizados em regime de internação, **os serviços de apoio diagnóstico e terapêutico**, bem como aqueles que impliquem a incorporação de novas tecnologias. (g/n) ”

É no nosso sentir indiscutível que está clara a razão da impossibilidade da aceitação da Recorrida como empresa habilitada para o fornecimento do objeto licitado.

Ou seja, admitir e aceitar a documentação para fins de Habilitação Jurídica sem a devida documentação retro relacionada, qual seja a Licença/Alvará Sanitário da Recorrida, contraria o que dispõe a legislação vigente e o próprio edital, é coadunar com a empresa licitante em não atuar na forma que exige a Legislação e assumir os riscos e consequências que a situação impele.

Por fim, diante do exposto, da análise da documentação apresentada, verifica-se que **não foi apresentado Licenciamento/Alvará Sanitário da Recorrida**, ou seja, a Recorrida deixou de atender aos ditames do instrumento convocatório.

Neste sentido, torna-se claro que a Recorrida **NÃO ATENDE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** desejada pelo Departamento Técnico dessa Administração, que analisou de forma pormenorizada a documentação apresentada, ao contrário da PGM, do Advogado do Município e da Autoridade Hierarquicamente Superior que sequer visualizaram os documentos para ofertarem seus pareceres, fato este que notoriamente frustra o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, devendo, portanto, o posicionamento de habilitação ser reformado para a inabilitação da Recorrida, sob pena da intervenção do Poder Judiciário no deslinde da questão.

Salienta-se ainda que a fabricação e **COMERCIALIZAÇÃO DE GASES MEDICINAIS, SEM A LICENÇA SANITÁRIA VIGENTE PARA TAL FIM, É CONSIDERADO INFRAÇÃO SANITÁRIA.**

A Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, que versa sobre vigilância sanitária sujeita a medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes, assim dispõe:

Art. 1º. Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei número 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos. (g/n)

Vale ainda ressaltar que conforme dispõe a infração sanitária no art. 10. da Lei Federal Nº 6.437 de 20 de agosto de 1977:

São infrações sanitárias:

IV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou re-embalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, MEDICAMENTOS (OXIGÊNIO GASOSO), drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos), embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa. (g/n)

Segundo o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 22:

Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros, quanto aos essenciais, contínuos. (g/n)

Portanto, para que a Administração Pública possa oferecer serviços adequados, eficientes e seguros, esta, no mínimo, deverá efetuar suas compras de forma Legal, observando também a Legislação Sanitária, pois em consonância, dispõe o art. 39:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro)”

Desta feita, sendo o oxigênio gasoso medicinal caracterizado como medicamento, conforme a Nota Técnica nº 34/2020/SEI/GMESP/GGMED/DIRE2/ANVISA., o produto necessitará de autorização específica do Ministério da Saúde, para ser extraído, produzido, fabricado, embalado ou re-embalado, importado, exportado, armazenado, expedido ou distribuído(comercializado).

Desta feita, considerando que as decisões e posicionamentos de uma determinada Administração devem se pautar pela legalidade e razoabilidade, o que significa dizer que é incabível a decisão de habilitação da Recorrida que sequer cumpriu o quanto disposto no instrumento convocatório.

a.2) DO NÃO ATENDIMENTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O edital assim dispõe:em seu item **9.11. HABILITAÇÃO JURÍDICA**, vejamos:

9.11. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.11.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021), expedida há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

9.11.2 A certidão acima referida deverá ser apresentada juntamente com a certidão do cartório distribuidor indicando os cartórios competentes (cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas);

Nesse sentido, da análise da documentação juntada pela empresa Recorrida, verifica-se:

2o. Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO CARMO, 8 - 3o. ANDAR
CERP: 92024.3378557.596-1

REQUERIDA EM: 05/08/2024

Pag: 00001

MODELO: (A) >> CERTIFICA A a L <<
PARA FINS DE: Concorrência e Licitação

Paulo Felipe de Oliveira Silva - Responsável pelo Expediente

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS
O REGISTRADOR DO 2o. OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA
CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO.

CERTIFICA E DÁ FÉ

CONSTA AINDA contra o nome de WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS S A qualific: 35.820.448/0001-36 Ao
Juízo da(o) 31ª VARA CÍVEL; Proc: 0124716-87.2006.8.19.0001 Distr: 09/10/2006 Assunto:
Embargos de terceiro como REU a req de MARIA JOSE DE ALMEIDA // DEP 990010937482 14/07/99
EMITIDA EM: 12/08/2024, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL.
EU REGISTRADOR ASSINO TOTAL R\$ 0,00

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Código Identificador de Certidão
CABT91692 KJN
Consulte a validade do CIC em:
<http://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/>



N.º do Talão: 2120946

CERP: b6eb018f-5f20-4c95-aa17-56b165d64544

2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º OFÍCIO DO REGISTRO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS
OFICIAL: MARIA DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO
SUBSTITUTOS: ROBSON CARVALHO FILGUEIRAS
EUGÊNIO BUZHAR GERAISATI
MARCUS FERNANDO M. A. BRANDÃO
JANE BARROS DA SILVA LISBOA
Rua da Assembleia, 19 - 9º andar - Centro - Tel.: 2533-1424 - CEP: 20011-001

CERTIDÃO

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESAMENTO ELETRÔNICO
CONFERÊNCIA DESEMPENHADA EM 12/08/2024 ÀS 14:00:00
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 00000000000000000000000000000000

2

comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, CONTRA O NOME:
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA-CNPJ: 35.820.448/0001-36. O referido é verdade e
dou fé. Cidade do Rio de Janeiro, vinte de agosto de dois mil e vinte e quatro. TAB_6_2= R\$127,31=
EMOL.: R\$127,31 + SELO: R\$2,59 (LEI Nº 9.873/22) + FETJ: R\$25,46 (LEI Nº 3.217/99) + FUNDPERJ:
R\$6,36 (LEI Nº 4.664/2005) + FUNPERJ: R\$6,36 (LEI Nº 111/2006) + FUNARPENRJ: R\$7,63 (LEI Nº
10.234/2023) + TAB_6_2(ATOS GRATUITOS E PMCMV 2%)=R\$2,54 + ISS (PROVIMENTO
12/2016): R\$6,83= TOTAL = R\$185,08. Eu EUGENIO BUZHAR GERAISATI, Escrevente Substituto -
Cadastro: 94-14921 assino pelo Oficial.

ASSINADO POR
EUGENIO BUZHAR GERAISATI

2

Finalidade: Licitação

MATRICULA: 0933690155 0000 9 00000 000 0000000 41



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
EETT 18300 QJM
Consulte a validade do selo em:
<http://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/>

Esta certidão eletrônica estará disponível para download e validação no Portal Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça (acesso pela
página do T.R.J./Corregedoria/Extrajudicial/Portal Extrajudicial) pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.



Nº do Pedido:
24081910180330

CERP:
73aefed6-b0a3-471d-9edb-29db
68eadb10



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartório, disponível na apple store ou Google Play

Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartório, disponível na apple store ou Google Play

Central do Brasil ou Ministério da Fazenda, até a presente data contra o nome **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, CPF/CNPJ 35.820.448/0001-36. O referido é verdade e dou fé. Cidade de Rio de Janeiro, aos vinte (20) dias do mês de agosto (8) de dois mil e vinte e quatro (2024). Emolumentos: Tab.21 Item II + FUNARPEN 6% + FETJ 20% + FUNDPERJ 5% + FUNPERJ 5% + RESSAG + ISS - TOTAL R\$ = 185,08. Eu, Elenice Araújo da Silva - Mat. 94-1741, assino.

Finalidade: Licitação

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO PODE SER MATERIALIZADA POR SERVIÇO EXTRAJUDICIAL, EM RESPEITO AO PROVIMENTO CNJ 149/2023, AO PROVIMENTO CGJ-RJ 37/2013 E À NOTA INTEGRANTE 28, DA TABELA 22 DA LEI 3.350/1999, INSERIDA PELA LEI 7.128/2015

1º RCPN e de interdições e Tutelas do Estado do Rio de Janeiro
Oficial Registrador: JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II
Município: RIO DE JANEIRO/RJ
Praia da Olaria, nº 155, Cocotã, Ilha do Governador
Site: 1rcpn.com.br
Telefone: (21) 3386-1504
Email: atendimento@1rcpn.com.br

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EETV66979-RQI
Consulte a validade do selo em:
<http://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/>

Esta certidão eletrônica estará disponível para download e validação no Portal Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça (acesso pela página do TJRJ/Corregedoria/Extrajudicial/Portal Extrajudicial) pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.



Poder Judiciário
Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO

Nº 2024.119.24513

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, CNPJ/CPF nº 35.820.448/0001-36, **CERTIFICO, para fins de prova em Licitação Pública** que, de acordo com o artigo nono c/c os artigos cento e vinte e quatro e cento e vinte e cinco da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, (Livro III, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), os **Ofícios do Registro de Distribuição na Comarca da CAPITAL do Estado do Rio de Janeiro**, são em número de quatro, competindo: **1 - ao 2º Ofício**: o registro dos feitos da competência das Varas

Observações:

- As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço <http://www.tjrj.jus.br/cgj>
- A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 21/08/2024 18:55:18.

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro
Valor cobrado: R\$ 29,39 GRERJ Nº 3273890280265

Conforme se verifica, as Certidões foram emitidas no mês de agosto de 2024, e conforme disposto no edital e nas próprias certidões, as mesmas têm validade por 90 (noventa) dias ou 03 (três) meses, e nesse caso, tendo o certame ocorrido no dia 09 de dezembro de 2024, na data da disputa **todas as certidões já estavam vencidas desde o mês de novembro de 2024.**

Portanto, da análise da documentação juntada pela empresa Recorrida, verifica-se que **FORAM APRESENTADAS AS CERTIDÕES NEGATIVAS DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL VENCIDAS**, agindo assim em total afronta e desrespeito ao ato convocatório e a esta renomada Comissão de licitação.

Portanto, **a não comprovação da** Qualificação Econômico-Financeira com a apresentação da competente **CERTIDÃO DE FALÊNCIA VENCIDA, deveria ser motivo suficiente para INABILITAR OU DESCLASSIFICAR** a Recorrida, caracterizando uma vantagem para a empresa Recorrida, e uma penalidade indireta para a Recorrente, eis que a empresa AIR LIQUIDE acostou todos os documentos solicitados em edital plenamente vigentes.

Desta feita estamos diante de um vício insanável, já que a Recorrida, ora vencedora, **não apresentou prova de sua Qualificação Econômico-Financeira, ou seja, apresentou CERTIDÃO DE FALÊNCIA VENCIDA,** ou seja não apresentou corretamente a documentação de habilitação da licitação, no tocante à regularidade fiscal.

Oras, como se percebe, a Recorrida deixou de comprovar a sua Qualificação Econômico-Financeira, uma vez que apresentou a certidão vencida, e dessa forma a Recorrida não foi capaz de atender à exigência do edital.

A ausência da comprovação de sua Qualificação Econômico-Financeira, é o bastante para que a Recorrida seja, neste ato, **INABILITADA** pela sua desídia, devido o não atendimento ao princípio convocatório, não havendo a menor possibilidade desta Administração, novamente conceder a benesse de juntada de novo documento em plena validade, como já anteriormente operado.

Salientamos que, a empresa Recorrida não agiu corretamente, agiu com total descaso e caçoando desta renomada Comissão, já que a empresa estava **CIENTE** de que **NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, DEVENDO SER INABILITADA, COMO MEDIDA DE JUSTIÇA**, para assegurar a execução de um contrato administrativo, ou seja, se traduz na vontade da Administração em contratar empresa que assegure o cumprimento da obrigação contratada, não podendo ser desconsiderada e não observada.

Ademais, denota-se que razão não a assiste a empresa Recorrida, por qualquer prisma que se analise a questão, pois não apresentou a documentação conforme a exigência do edital, ou seja, apresentou documentação deficitária e inservível para o fim colimado.

Isto porque, ao participar do presente certame a Recorrida concordou com os termos do edital, e por seguinte firmou compromisso de cumpri-lo integralmente, agora não pode agir como bem quer e acostar nova certidão, eis que se discordasse das exigências expressas no instrumento convocatório, deveria tê-lo impugnado em tempo adequado, antes de iniciada a fase competitiva.

Diante disso, ingressando na fase competitiva e não apresentado a competente certidão vigente, em completa afronta ao edital, resta claro que a empresa Recorrida descumpriu as normas editalícias, inexistindo possibilidade de flexibilização de Normas impositivas no certame

Ora Nobre Julgador, não se mostra crível que a Recorrida infratora do instrumento convocatório, permaneça no certame como licitante habilitada, sendo ainda menos aceitável que seja declarada como adjudicante para o objeto do edital, sob pena de trazer ao certame nulidade insanável.

Diante deste fato, a Recorrente indaga a esta D. Comissão e ao Nobre Julgador **como foi possível declarar a empresa Recorrida habilitada para o processo licitatório quando esta deixa de apresentar prova de sua qualificação econômico-financeira?!**

Perceptível que os licitantes engajados no procedimento devem ter um tratamento adequado, em que não haja imprevisões de qualquer espécie, a critério do Pregoeiro, o que não ocorreu in casu, posto que a vencedora foi claramente favorecida eis que acostou documento vencido, sabendo-se que o mesmo é extremamente importante para o atendimento do presente certame.

Ora Ilmo. Pregoeiro, da apresentação da documentação oficial exigida, a empresa Recorrida não cumpriu com a exigência do edital convocatório para fins de comprovação de Regularidade Fiscal contidas dentro do subitem do Edital supramencionado, agindo da mesma forma pela 2ª (segunda) vez

Ainda que exaustivamente apontado, é importante notar que a Recorrida **NÃO ATENDEU AO QUE DETERMINA A EXIGÊNCIA EDITALÍCIA** prevista no edital, vindo notoriamente frustrar o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, devendo, portanto, o posicionamento do I.Pregoeiro ser reavaliado e devidamente retificado.

a.3) DO NÃO ATENDIMENTO À REGULARIDADE FISCAL


O edital em seu item Habilitação fiscal e trabalhista, assim dispõe:

9.8.3. Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.

Em relação ao **subitem 6.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, a Recorrida **apresentou uma Certidão Municipal com vencimento em 29 de dezembro de 2024.**

Cabe destacar que o Edital aponta a exigência de “**Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal**”.

A Recorrida, **tão ciente da necessidade da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Imobiliários, trouxe aos autos a respectiva Certidão referente ao CNPJ da matriz, suprimindo a apresentação da Certidão da filial participante do certame**, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS			Página: 1/1
AL Esmeralda, nº, Jardim Primavera - 25215-260 Email:iss@duquedecaxias.rj.gov.br Fone:(21)-2773-6241			Nº: 359585/2024
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - IMOBILIÁRIA			
 100214206072820249926301			
NOME White Martins Gases Industriais Ltda	CÓDIGO DO CADASTRO 2060728		
CPF/CNPJ 35.820.448/0001-36	RG/INSCR. ESTADUAL	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 2.2.723.001.001	
MATRICULA	QUADRA	LOTE	
ENDEREÇO Rua Guianas - 80 - Complemento: ANTIGA RUA 40 área nao loteada - Bairro: Parque Campos Eliseos - Duque de Caxias/RJ - 25225170			
FINALIDADE Licitação			
OBSERVAÇÃO:			
Emissão: 30/09/2024. Impressão: 30/09/2024. Validade: 29/12/2024.			

Assim, da análise da Certidão supra, verifica-se que foi emitida com base no CNPJ 35.820.448/0001-36, referente à matriz, **e não referente ao CNPJ 35.820.448/0007-21 correspondente à Inscrição Inscrição Municipal: 99100293, da filial ora participante.**

Nesse sentido, a apuração de débitos na presente Certidão limitou-se aos débitos de natureza mobiliária da filial participante, excluindo então, os de natureza Imobiliária e proveniente de Anúncios.

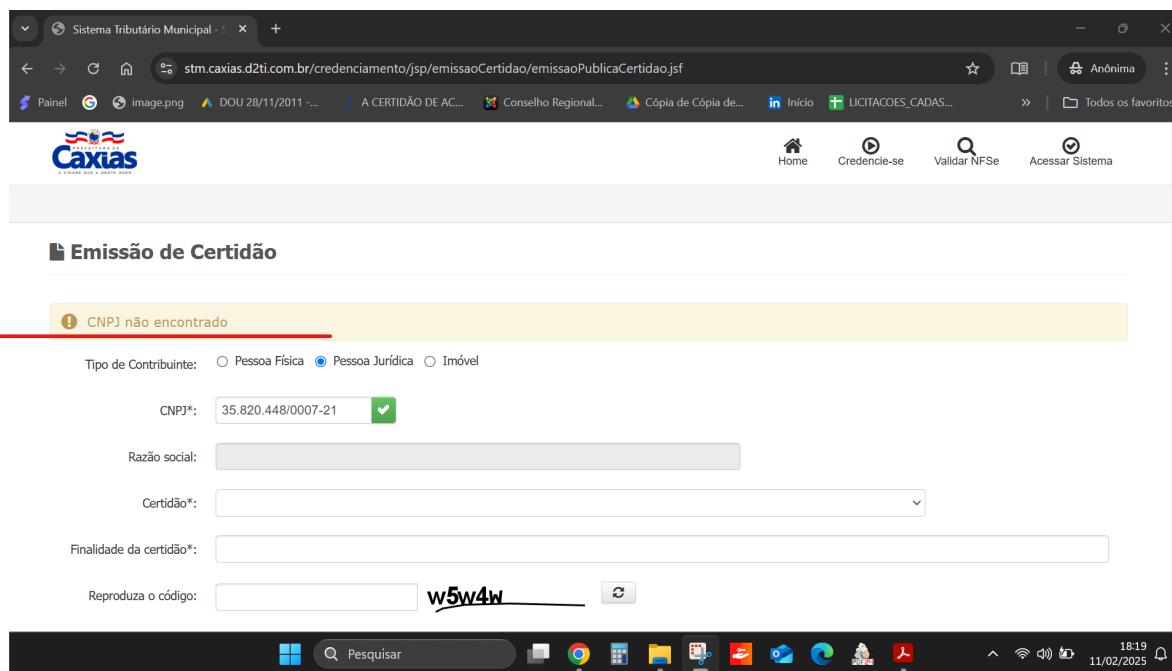
Assim, a “**Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal**” não atingiu o objetivo desejado, haja vista que a Certidão não é bastante para comprovar a inexistência de débitos junto à Fazenda Municipal com fato gerador sobre o qual incide tributo Imobiliário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS			Página: 1/1
AL Esmeralda, nº, Jardim Primavera - 25215-260 Email:iss@duquedecaxias.rj.gov.br Fone:(21)-2773-6241			Nº: 359506/2024
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - MOBILIÁRIA			
 100214008278720241497291			
NOME White Martins Gases Industriais Ltda	CÓDIGO DO CADASTRO 82787		
CPF/CNPJ 35.820.448/0007-21	RG/INSCR. ESTADUAL 83.118.113	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 99100293	
MATRICULA	QUADRA	LOTE	
ENDEREÇO Rua Guianas - 80 - Complemento: PARTE - Bairro: Campos Eliseos - Duque de Caxias/RJ - 25225170			

Portanto, a **Certidão** em momento algum declara que a referida empresa encontra-se regular no que se refere aos tributos imobiliários.

Basta em sede de diligência essa comissão de licitação acessar o link:

<https://stm.caxias.d2ti.com.br/credenciamento/jsp/emissaoCertidao/emissaoPublicaCertidao.jsf>



Assim, da análise da Certidão supra, verifica-se que foi emitida com base na Inscrição Mobiliária, conforme apontamento na própria Certidão, qual seja, Inscrição Municipal: 99100293.

Nesse sentido, a apuração de débitos na presente Certidão limitou-se aos débitos de natureza mobiliária, excluindo então, os de natureza Imobiliária e proveniente de Anúncios.

Assim, a “**Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**” não atingiu o objetivo desejado, haja vista que a Certidão não é bastante para comprovar a inexistência de débitos junto à Fazenda Municipal com fato gerador sobre o qual incide tributo Imobiliário.

Portanto, a **Certidão** em momento algum declara que a referida empresa encontra-se regular no que se refere aos tributos imobiliários.

Cabe ressaltar que qualquer alegação acerca do fato da Recorrida não possuir imóvel cadastrado em seu nome no cadastro fiscal imobiliário, ou seja, não ser proprietária de imóvel dentro do limite territorial do município de Duque de Caxias/RJ, não significa que ela não possua pendências tributárias perante a Fazenda Municipal em relação aos **tributos imobiliários**.

Ainda que a Recorrida não seja proprietária de imóvel no município de Duque de Caxias/RJ, ela

obviamente, para a manutenção de toda a sua operação, **mantém-se na posse** dos imóveis que utiliza, fato este que, por si, pode colocá-la na condição de sujeito passivo na obrigação tributária imobiliária relativa ao referido imóvel.

O simples fato da Recorrida não manter relação direta com a situação que remete ao fato gerador sobre o qual incide tributo imobiliário, uma vez que é proprietária de imóvel dentro dos limites do Município, conforme previsto no inciso I do art. 121 do CTN, não é o bastante para afastar a responsabilidade pelo recolhimento do tributo, o que pode ocorrer por força de lei ou de previsão no contrato de locação firmado junto ao proprietário do imóvel.

A Lei do Inquilinato dispõe em seu art. 22 que o locatário, quando ajustado em contrato, poderá ser o responsável pelo recolhimento dos tributos pertinentes ao imóvel, ocasião em que o coloca em estreita relação com a responsabilidade pelo devido pagamento.

De outra sorte, “a **prova de quitação de determinado tributo será feita por certidão negativa**”, e como se vislumbra da documentação acostada pela Recorrida ao processo, **não foi apresentada Certidão Negativa referente aos Tributos Imobiliários.**

Portanto, ***a não apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais válida e vigente referente aos Tributos Imobiliários deveria ser motivo suficiente para INABILITAR OU DESCLASSIFICAR a Recorrida, caracterizando uma vantagem para a empresa Recorrida, e uma penalidade indireta para a Recorrente, eis que a empresa AIR LIQUIDE acostou todos os documentos solicitados em edital plenamente vigentes.***

Todo o exposto acima, é perfeitamente aplicável da mesma forma, no presente caso, aos **TRIBUTOS ORIUNDOS DE ANÚNCIOS e demais impostos correlatos.**

Desta feita estamos diante de um vício insanável, já que a Recorrida, ora habilitada, **não apresentou prova de regularidade para com a Fazenda Municipal referente aos Tributos Imobiliários,** ou seja não apresentou corretamente a documentação de habilitação da licitação, no tocante à regularidade fiscal.

Salientamos que, a empresa Recorrida não agiu corretamente, já que a empresa estava CIENTE de que **NÃO APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, DEVENDO SER INABILITADA, COMO MEDIDA DE JUSTIÇA,** para assegurar a execução de um contrato administrativo, ou seja, se traduz na vontade da Administração em contratar empresa que assegure o cumprimento da obrigação contratada, não podendo ser desconsiderada e não observada.

Ademais, denota-se que razão não a assiste a empresa Recorrida, por qualquer prisma que se analise a questão.

Isto porque, ao participar do presente certame a Recorrida concordou com os termos do edital, e por seguinte firmou compromisso de cumpri-lo integralmente, agora não pode agir como bem quer e deixar de acostar certidão, eis que se discordasse das exigências expressas no instrumento convocatório, deveria tê-lo impugnado em tempo adequado, antes de iniciada a fase competitiva.

Diante disso, ingressando na fase competitiva e não apresentado a competente certidão, em completa afronta ao edital, resta claro que a empresa Recorrida descumpriu as normas editalícias, inexistindo possibilidade de flexibilização de Normas impositivas no certame

Ora Nobre Julgador, não se mostra crível que a Recorrida, infratora do instrumento convocatório, permaneça no certame como licitante habilitada, sendo ainda menos aceitável que seja declarada como adjudicante para o objeto do edital, sob pena de trazer ao certame nulidade insanável.

Diante deste fato, a Peticionária indaga a esta D. Comissão e ao Nobre Julgador **como foi possível declarar a empresa Recorrida habilitada para o processo licitatório quando esta deixa de apresentar prova de regularidade para com a Fazenda Municipal referente aos Tributos Imobiliários?!**

Perceptível que os licitantes engajados no procedimento devem ter um tratamento adequado, em que não haja imprevisões de qualquer espécie, a critério do Pregoeiro, o que não ocorreu in casu, posto que a vencedora foi claramente favorecida eis que acostou documento vencido, sabendo-se que o mesmo é extremamente importante para o atendimento do presente certame.

Há de se salientar que a ora Recorrida, no Pregão Eletrônico nº 107/2020 promovido pela Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, conforme documentação em arquivo anexo, apontou que empresa IBG - Indústria Brasileira de Gases Ltda. cometeu a mesma falha que ela cometeu no presente certame, ou seja, deixou de comprovar a sua regularidade perante a Fazenda Municipal uma vez que deixou de apresentar a competente Certidão Negativa de Débitos Imobiliários, como segue:

Sites públicos para diligências:

Prefeitura:

<https://grp.teofilootoni.mg.gov.br/portalcidadao/#ab3507a746d749745e6e2186f2abefb2be565fd44b5501b5175f6b77ba38807871014fc05a53f55efb750e5fe45be0d4094ddfbfb21b7f29d61e3f7f10e2c97ea9d759bd98daa89bb5ea9944552701c992fc817f1298c15f01a0a7ecc0f5b9ac7dc8f2217eb514474d8f215fc35218aa317c91881d58d1483591e4787b6a7ed688e55016fff0dd2c6984c3455ddfeb5f104ea05e8948ea6d04a7c1aa86064f771b84c6c4af12690e4091e192013b89>

BBMNET:

<https://www2.bbmnet.com.br/BBMNET/licitacao/ListarEditalPublicado.aspx>

BBMNet x +

www2.bbmnet.com.br/BBMNET/licitacao/ListarEditaisPublicados.aspx

Painel image.png DOU 28/11/2011 ... A CERTIDÃO DE AC... Conselho Regional... Cópia de Cópia de... Início LICITACOES_CADAS... Todos os favoritos

BBMNET BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS
Licitações | Pregão Eletrônico

Usuário: Público

Legislação/Regulamento Editais Publicados e Resultados Sala de Negociação 2.0.64.0 (2)

Home » Editais Publicados e Resultados

PERÍODO INICIAL: PERÍODO FINAL: UF:

PESQUISA: Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni PESQUISAR

Órgão Promotor	Modalidade	Editais/Aviso	Objeto	Data	
Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	Pregão	109/2020	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS SEM CONDUTOR, SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E SEGURO.	18/01/2021	SELECIONAR
Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	Pregão	108/2020	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS.	15/01/2021	SELECIONAR
Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	Pregão	105/2020	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE EXAMENS HOSPITALARES	07/01/2021	SELECIONAR
Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	Pregão	107/2020	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÁS MEDICINAL, LOCAÇÃO DE TANQUE CRIOGÊNICO E CORRETIVOS.	07/01/2021	SELECIONAR
Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	Pregão	098/2020	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	15/12/2020	SELECIONAR
Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	Pregão	102/2020	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS E HOSPITALARES PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	14/12/2020	SELECIONAR
Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	Pregão	088/2020	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	10/12/2020	SELECIONAR
Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	Pregão	101/2020	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR.	09/12/2020	SELECIONAR
Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	Pregão	103/2020	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES APARELHO DE VIDEOENDOSCOPIA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG.	03/12/2020	SELECIONAR

DS
CR

BBMnet - Google Chrome
www2.bbmnet.com.br/BBMNET/licitacao/DetalharEdital.aspx?chaveEdital=31673&AdicionarItemVisualizar=true

RESUMO DO EDITAL

Edital: 107/2020

Órgão promotor: Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni
Unidade Compradora:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÁS MEDICINAL, LOCAÇÃO DE TANQUE CRIOGÊNICO E CORRETATOS.
Local da Disputa: Internet - site: https://www2.bbmnet.com.br/bbmnet
Informações: 33 3529-2251 Pregoeiro: Wanderleia Goncalves Batista

Data e Hora do Início de Recebimento de Propostas: 18/12/2020 17:30:00
Data e Hora do Fim de Recebimento de Propostas: 07/01/2021 09:00:00
Abertura das propostas e início da etapa de lances: 07/01/2021 09:00:01
Modalidade: Pregão
Objetivo: Registro de Preço
Forma de cotação: Menor Preço
Equipe de Apoio: Lauana Pacheco Rodrigues Teles, Joselio Andrade Cantao Junior
Validade da Proposta (dias): 60
Duração etapa de lances (tempo ordinário): 10
Tipo de Término: Prorrogação Automática
Porcentagem de desempate: 5
Tempo nova proposta microempresa (min.): 5
Tempo de desconexão do Pregoeiro (min.): 10
Valor Ofertado por: Global por Lote
Fax para Habilitação:
Opção de Desclassificação na Regra de 10%: Não
Prazo em dias úteis para manifestação de recurso: 3

ATA TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DESCRIÇÃO DOS LOTES

Lote	Produtos	Quantidade	Unidade	Valor Unitário de Referência	Situação	Participacao do Licitante	Relatório de disputa	Sala de Negociação
1	Diversos	1		2.604,45	Encerrado/Homologado	Ampla participação	VER	ENTRAR

1

16:24 11/02/2025

Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni

Pregão Eletrônico nº 107/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÁS MEDICINAL, LOCAÇÃO DE TANQUE CRIOGÊNICO E CORRETATOS.

Aos 07 dias do mês de janeiro do ano de 2021, às 09:00hs, o(a) Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, CNPJ - 18.404.780/0001-09, realizou o Pregão Eletrônico em epígrafe conduzido pelo Pregoeiro(a), Sr(a). Wanderleia Goncalves Batista, auxiliado(a) pela Equipe de Apoio formada pelos Sr(a)s. Joselio Andrade Cantao Junior e Lauana Pacheco Rodrigues Teles, com o objetivo de adquirir REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÁS MEDICINAL, LOCAÇÃO DE TANQUE CRIOGÊNICO E CORRETATOS.,conforme especificações e quantidades definidas no ato convocatório.

Empresas Participantes:

TECNOCRYO GASES TRANS. COM. SERV. MAN. IMPOT. E EXPOR. LTDA, CPF/CNPJ: 05.198.469/0001-09, ME/EPP: Não
White Martins Gases Industriais Ltda, CPF/CNPJ: 35.820.448/0036-66, ME/EPP: Não
IBG - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA, CPF/CNPJ: 67.423.152/0001-78, ME/EPP: Não

Lotes:

Lote 1 - Diversos

Participação Licitante: Ampla participação

Situação Homologado

Classificação do(s) participante(s):

Empresa:TECNOCRYO GASES TRANS. COM. SERV. MAN. IMPOT. E EXPOR. LTDA
CPF/CNPJ:05.198.469/0001-09
Data Registro Oferta:05.198.469/0001-09
Hora Registro Oferta:17:26:56
Valor da Oferta:827.088,00
Marca do Produto:Diversos

Empresa:White Martins Gases Industriais Ltda
CPF/CNPJ:35.820.448/0036-66
Data Registro Oferta:35.820.448/0036-66
Hora Registro Oferta:11:03:25
Valor da Oferta:829.499,64
Marca do Produto:Diversos

Desclassificação(ões):

Empresa:IBG - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA
COF/CNPJ:67.423.152/0001-78
Data Registro Oferta:06/01/2021
Hora Registro Oferta:16:36:15
Valor da Oferta:829.499,64
Marca do Produto:Diversos

Motivo da Desclassificação:NÃO ATENDEU O EDITAL NO SUBITEM: 13.6.2.Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Municipal;DE ACORDO JULGAMENTO DO RECURSO

Registro Recursos

Nome Participante	CPF/CNPJ	Data Registro Recurso	Hora Registro Recurso	Justificativa
White Martins Gases Industriais Ltda	35.820.448/0036-66	11/01/2021	13:26:55	RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO RECORRENTE: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDADECISÃO RECORRIDA PROFERIDA PELO (A) ILMO (A) PREGOEIRO (A), DECLARANDO A IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA. VENCEDORA DO PRESENTE PROCESSO.Respeitado JulgadorA r. decisão que entendeu por classificar/habilitar a empresa IBG

				demonstrado adiante, a documentação apresentada pelas referida empresa para o presente processo mostra desconformidade em relação às exigências constantes do instrumento convocatório. (i) Da desconformidade da documentação apresentada pela IBG. No tocante à documentação apresentada pela IBG, identificamos a seguinte desconformidade em relação à exigência do edital: a) Da não comprovação de regularidade relativa aos tributos imobiliários. Dentre a documentação exigida para comprovação da
--	--	--	--	---

	Julgamento	Julgamento		
Wanderleia Goncalves Batista	20/01/2021	14:03:34	Deferido	Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o recurso interposto pela empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, cujos argumentos suscitam viabilidade de reconsideração desta Pregoeira, modificando a decisão que habilitou a empresa IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA. Encaminho os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.
Katiane Emanuele Lemos Neto	21/01/2021	11:21:50	Deferido	Ratifico a decisão da pregoeira conforme julgamento anexado.

Assim, o julgamento do recurso interposto pela Recorrida no Pregão Eletrônico nº 107/2020 foi provido, culminando na Inabilitação da empresa IBG - Indústria Brasileira de Gases Ltda., o que se aplica perfeitamente à Recorrida diante da ausência de comprovação de sua Regularidade perante a Fazenda Municipal. Os fatos são idênticos, não havendo razão para que a decisão acerca da inabilitação seja diversa.

Ainda que exaustivamente, é importante notar que a Recorrida **NÃO ATENDE POR COMPLETO A REGULARIDADE FISCAL**, vindo notoriamente frustrar e caçoar do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, devendo, portanto, o posicionamento do I.Pregoeiro ser reavaliado e devidamente retificado.

5. DO FERIMENTO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

O tratamento diferenciado conferido à Recorrida fere de morte o Princípio da Isonomia, quando trata de forma desigual os iguais.

As concessões destinadas à Recorrida no decorrer do processo de forma alguma podem ser justificadas por um formalismo moderado, e assim sendo, a aplicação do “formalismo moderado” se torna incabível no caso em comento, e se configura num tratamento diferenciado, uma vez que a Recorrida foi habilitada **QUANDO DESCUMPRIU NOTORIAMENTE A EXIGÊNCIA DO EDITAL POR DIVERSAS VEZES**.

Cabe destacar que a Constituição Federal insta a Administração Pública a oferecer a todos os administrados igualdade de oportunidades na contratação de serviços, obras e compras, e por intermédio dessa equanimidade, busca-se a obtenção da contratação vantajosa para a administração, e a licitação consiste no instrumento jurídico que visa afastar a arbitrariedade na seleção do contratante.

Sabidamente a lei básica que rege o instituto – Lei n. 14.133/21 – deve ser interpretada com vistas a melhor atender à finalidade para a qual foi criada e sempre levando em conta que ela é um componente do ordenamento jurídico.

Assim, é de bom tom rememorar que o **princípio da isonomia**, também conhecido como princípio da igualdade, está disposto no art. 5 da Constituição Federal e trata da igualdade material, e assim, a isonomia assegura que todas as pessoas são iguais perante a lei considerando suas condições diferentes.

A Administração Pública, ao promover um processo licitatório, deve assegurar uma competição justa e transparente, permitindo que todos os interessados participem em condições equitativas. Dessa forma, o princípio da isonomia atua como um mecanismo essencial para garantir a igualdade de oportunidades e evitar favorecimentos indevidos.

Ao promover uma licitação, a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa para o interesse público, e a isonomia é um princípio norteador para essa escolha, ela exige que o processo seja pautado em critérios objetivos e impessoais, **evitando privilégios por parte da Administração Pública em favor de determinados concorrentes**.

Ademais, a isonomia também implica em considerar as particularidades dos licitantes para equalizar suas condições de participação.

Desta feita, a relevância da isonomia nas licitações não se restringe apenas à seleção do fornecedor, mas também à execução do contrato.

Portanto, a Administração Pública deve assegurar um tratamento igualitário a todos os contratados, evitando tratamentos diferenciados que possam prejudicar ou favorecer injustamente algum dos envolvidos.

Assim, o princípio da isonomia deve garantir a imparcialidade, a justiça e a igualdade de oportunidades, e a sua aplicação efetiva contribui para uma Administração Pública mais transparente, íntegra e comprometida em buscar o melhor interesse público, ao **selecionar os fornecedores de forma justa e ao assegurar tratamento equitativo ao longo da execução dos contratos**.

Nesse sentido, a isonomia fortalece a confiança na Administração Pública e reforça a legitimidade das licitações como mecanismo essencial para a efetivação do interesse público.

Portanto, o tratamento destinado à Recorrida fere de morte ao Princípio da isonomia e da legalidade, uma vez que a mesma foi tratada de forma diferente das demais licitantes, o que compromete a lisura do certame como um todo.

6. DO PODER DE AUTOTUTELA

É conveniente relembrar que a Autotutela é um Princípio jurídico que se refere ao poder da administração pública de rever, anular ou modificar seus próprios atos administrativos quando são constatados vícios, ilegalidades, erros ou omissões.

Tal poder é inerente à administração pública para garantir a legalidade e eficiência de suas ações. Ou seja, **EM FACE DO PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA, A ADMINISTRAÇÃO TEM O PODER-DEVER, A QUALQUER MOMENTO, DE REVER AS DECISÕES TOMADAS E CORRIGI-LAS**.

O Princípio de autotutela é previsto nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), como segue:

“A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.” (STF, Súmula nº 346, Sessão Plenária de 13.12.1963).

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.” (STF, Súmula nº 473, Sessão Plenária de 03.12.1969) (g/n)

Na mesma esteira, José dos Santos Carvalho Filho nos ensina que **É DEVER DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AO SE DEPARAR COM EQUÍVOCOS COMETIDOS NO EXERCÍCIO DE SUA ATIVIDADE, REVÊ-LOS PARA RESTAURAR A SITUAÇÃO DE LEGALIDADE**, não se admitindo, diante de uma situação irregular, a inércia e o desinteresse por parte do Poder Público, como segue:

“A Administração Pública comete equívocos no exercício de sua atividade, o que não é nem um pouco estranhável em vista das múltiplas tarefas a seu cargo. Defrontando-se com esses erros, no entanto, pode ela mesma revê-los para restaurar a situação de regularidade. Não se trata apenas de uma faculdade, mas também de um dever, pois que não se pode admitir que, diante de situações irregulares, permaneça inerte e desinteressada. Na verdade, só restaurando a situação de regularidade é que a Administração observa o princípio da legalidade, do qual a autotutela é um dos mais importantes corolários”. (g/n)

Nesse sentido, a Administração deve, a nosso sentir, respeitar o regramento estabelecido no edital, sob pena de incorrer em grave afronta aos **princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, da competitividade, da segurança jurídica** dentre outros; além de ensejar, caso sejam mantidas as incorretas decisões, a correção da decisão pelas vias judiciais e de controle externo, caso seja necessário.

Com base no Princípio da Autotutela, **DEVERÁ O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DIANTE DOS FATOS, REVER A DECISÃO QUE EQUIVOCADAMENTE DECLAROU A RECORRIDA HABILITADA, DE FORMA A RESTAURAR A LEGALIDADE, A ISONOMIA, A COMPETITIVIDADE E A OBEDIÊNCIA AO REGRAMENTO PREVISTO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.**

Portanto, diante de todo o exposto, a revisão da decisão de habilitação da Recorrida no certame é condição *sine qua non* para a garantia da lisura do certame e dos princípios básicos da licitação.

7. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

A Constituição Federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput), bem como a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

O **Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório** constitui uma garantia, que vincula tanto a Administração Pública quanto às licitantes. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do Princípio do Procedimento Formal que determina que a Administração observe as regras por ela própria lançadas no instrumento convocatório que convoca e rege a licitação.

De acordo com o posicionamento de Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, **“o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes”**. Esse princípio é mencionado no art. 65, caput, da Lei nº 14.133/21:

“Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.”.(g/n)

O Tribunal Regional Federal 2ª Região proferiu:

“Em se tratando de licitação pública vige o princípio da estrita obediência ao instrumento convocatório, que vincula tanto a Administração como todos os participantes. Sendo descumpridas quaisquer de suas normas, sujeita-se ao candidato infrator às sanções previamente estabelecidas. No caso, a empresa Agravada foi excluída do certame por desatender aos itens 1.1 e 3 previstos no edital. Qualquer outra solução levada a efeito pela Agravante, que não a de desclassificar a Agravada, provocaria a completa inversão de valores desafiando-se a todos os

demais princípios norteadores da Administração Pública. Agravo Provido. Liminar não referendada.” (TRF 2ª R. – AI 97.02.43008-9-RJ-2ª T. – Rel. Des. Fed. Sérgio Feltrin Corrêa – DJU 23.01.2001 – p. 49) (g/n).

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, preceituado no art. 5º, da Lei das Licitações, tem a finalidade específica de instruir o administrador a não se desviar das regras e determinações estabelecidas previamente à licitação. O ato convocatório presta-se a regulamentar o procedimento licitatório e estabelecer as condições de participação e julgamento. Todos que participam do certame têm ciência e conhecimento das regras, tendo plena consciência de que o descumprimento de qualquer das exigências levará à sua exclusão da disputa.

Pelo princípio da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, toda e qualquer exigência constante do edital deve ser considerada importante e essencial à Administração, pois, caso contrário, nem deveria constar do ato convocatório. Dessa forma, se a exigência faz parte do Edital, deve ser obedecida por todos os licitantes.

Cabe transcrever trecho do Acórdão proferido pela Primeira Turma do STJ.

“REsp n. 421.946-0 - DF. Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO. Primeira Turma. Unânime. Data do julgamento: 7.2.2006.

Administrativo. Licitação. Descumprimento de regra prevista no edital licitatório. Art. 41, caput, da Lei n. 8.666/1993. Violação. Dever de observância do edital.

(...) II - O art. 41 da Lei n. 8.666/1993 determina que: “Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

*III - Supondo que na Lei não existam palavras inúteis, ou destituídas de significação deontológica, verifica-se que o legislador impôs, com apoio no Princípio da Legalidade, a interpretação restritiva do preceito, de modo a resguardar a atuação do Administrador Público, posto que este atua como gestor da república. Outra não seria a necessidade do vocábulo “**estritamente**” no aludido preceito infraconstitucional.*

*IV - “Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei n. 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. **Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital** e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. **Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital.**” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 9ª Edição, pág. 385)*

*V - Em resumo: **o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se “estritamente” a ele**”.* (grifos nossos)

A Constituição Federal no art. 37 inciso XXI garante a igualdade de todos concorrentes: “... as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes”.

Segundo nossa Ilustre jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“O princípio da igualdade constitui um alicerce da licitação, na medida em que este visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. **Esse princípio, que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais.**

No §1º, inciso I do artigo 3º da Lei 8.666/93, está implícito outro princípio da licitação, que é o da competitividade decorrente do princípio da isonomia.”(g/n)

Leciona Gasparini que:

“Todos devem ser tratados por ela igualmente tanto quando concede benefícios, confere isenções ou outorga vantagens como quando prescreve sacrifícios, multas, sanções, agravos. Todos os iguais em face da lei também o são perante a Administração. Todos, portanto, têm o direito de receber da Administração o mesmo tratamento, se iguais. Se iguais nada pode discriminá-los. Impõe-se aos iguais, por esse princípio, um tratamento impessoal, igualitário ou isonômico. É o princípio que norteia, sob pena de ilegalidade, os atos e comportamentos da Administração direta e indireta. É, assim, um dos direitos individuais consagrados tanto à proteção dos brasileiros como dos estrangeiros submetidos à nossa ordem jurídica.”(g/n)

Assim ensina Meirelles que:

“A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguala os iguais ou iguale os desiguais (art. 3º, §1º). O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público.”(g/n)

Sobre a obrigatoriedade de observância do Princípio da Isonomia, assim já se manifestou nossos Egrégios Tribunais:

1. TJ-DF - Remessa de Ofício RMO 20130111772162 DF 0010268-39.2013.8.07.0018 (TJ-DF)

Data de publicação: 13/10/2014

Ementa: ADMINISTRATIVO. REMESSA DE OFÍCIO. MANDADO DE SEGURANÇA. EDITAL DE LICITAÇÃO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO. DISPOSIÇÕES CLARAS E PARÂMETROS OBJETIVOS. EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS. CRITÉRIO SUBJETIVO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO **DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DA COMPETITIVIDADE. E DA IMPESSOALIDADE.** 1. O edital de licitação não pode dar margem a dúvida interpretativa, devendo indicar obrigatoriamente o critério de julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos (art. 40, VII, da Lei n. 8.666/93), como forma de garantir a ampla competição e o respeito ao **princípio da isonomia**. 2. O instrumento convocatório deve obedecer ao critério do julgamento objetivo, com a finalidade de impedir interpretações subjetivas que possam subverter os princípios da impessoalidade e da legalidade. 3. A

concessão de prazo para apresentação de documentos em favor de apenas alguns licitantes em detrimento de outros, configura hipótese de violação aos princípios da isonomia, da ampla competição, da impessoalidade e da legalidade. 4. Remessa de Ofício conhecida e não provida

1. TJ-DF - AGRAVO INOMINADO AGI 20080020031837 DF (TJ-DF) Data de publicação: 08/09/2008

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. LICITAÇÃO. RIGOROSO CUMPRIMENTO DAS NORMAS QUE DISCIPLINAM O CERTAME. PRINCÍPIOS DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, DA ESTRITA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE E DA ISONOMIA. 1.O RIGOROSO CUMPRIMENTO DAS NORMAS QUE DISCIPLINAM O CERTAME, SEM A FEITURA DE CONCESSÕES, CARACTERIZA RESPEITO À SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ESTRITA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE E DA ISONOMIA. 2.PAUTAR-SE DE ACORDO COM A ESTRITA LEGALIDADE SIGNIFICA AGIR DE ACORDO COM A NORMA QUE REGULA O CASO CONCRETO, SEM A ABERTURA DE EXCEÇÕES QUE DEPENDAM DA ANÁLISE SUBJETIVA DO AGENTE PÚBLICO, EXTRAPOLANDO OS LIMITES TRAÇADOS PELA LEI. 3.EM SE TRATANDO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, O ATUAR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SE ENCONTRA VINCULADO AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE, SIGNIFICANDO QUE ELA NÃO PODE AGIR COM VISTAS A PREJUDICAR OU BENEFICIAR PESSOAS DETERMINADAS, UMA VEZ QUE É SEMPRE O INTERESSE PÚBLICO QUE TEM DE NORTEAR O SEU COMPORTAMENTO. 4.A CONDUTA EM DEBATE CONFERE TRATAMENTO ISONÔMICO ENTRE OS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO, IMPEDINDO QUE JULGAMENTO DO AGENTE ADMINISTRATIVO, COM BASE EM CRITÉRIOS PESSOAIS DE RAZOABILIDADE, POSSAM INTERFERIR NA SELEÇÃO OBJETIVA DO CANDIDATO QUE MELHOR ATENDE À FINALIDADE PÚBLICA EXPRESSA NA LEI. 5.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO REFORMADA.

Por todo exposto, a Air Liquide Brasil Ltda., ciente da seriedade desse renomado órgão, bem como desta comissão de licitação, requer a análise desta peça e aos fatos trazidos, onde pede que a decisão que declarou a empresa Recorrida habilitada/vencedora neste processo seja reconsiderada, para que ela seja declarada **DESCLASSIFICADA/INABILITADA** por descumprimento às exigências contidas no ato convocatório.

Neste diapasão, requer de acordo com os fatos, disposições legais e doutrinárias trazidas a V.Sa., que Vosso posicionamento seja reavaliado e retificado, sob pena de restar frustrado todo o procedimento licitatório realizado.

8. DO PEDIDO

Na esteira do exposto, a **RECORRENTE PEDE O ACOLHIMENTO** desta petição como **RECURSO**, e requer:

1. Seja **reconsiderada** a decisão que declarou a **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.** habilitada e vencedora deste processo, estabelecendo seu julgamento de acordo com os preceitos e normas que regem as licitações públicas, **DECLARANDO A RECORRIDA DESCLASSIFICADA/INABILITADA NO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO.**

Caso o (a) Sr (a). Pregoeiro (a) não reforme a referida decisão, encaminhe este RECURSO devidamente informado à Autoridade Superior, em conformidade com o art. 71, da Lei nº 14.133/21.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo (SP), 11 de fevereiro de 2025.

DocuSigned by:

Clandia Rodrigues

F087F4AFF8C3450...

AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 60AC83CF-A727-404E-8633-4C4A4F3F24B7

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: Cópia de 2025-02-10-TL (BELFORD ROXO) RECURSO PM DE SÃO JOSÉ DO VALE DO...

Source Envelope:

Document Pages: 31

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 1

Initials: 30

Claudia Rodrigues

AutoNav: Disabled

Av. Morumbi 8.234

Envelopeld Stamping: Disabled

SP, SP 04703-002

Time Zone: (UTC-08:00) Pacific Time (US & Canada)

claudia.rodrigues@airliquide.com

IP Address: 191.240.229.70

Record Tracking

Status: Original

Holder: Claudia Rodrigues

Location: DocuSign

2/11/2025 1:43:07 PM

claudia.rodrigues@airliquide.com

Signer Events

Claudia Rodrigues

claudia.rodrigues@airliquide.com

010.874.337-38

Air Liquide Brasil Ltda

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Signature

DocuSigned by:
Claudia Rodrigues
F087F4AFF8C3450...

Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 191.240.229.70

Timestamp

Sent: 2/11/2025 1:43:25 PM

Viewed: 2/11/2025 1:43:44 PM

Signed: 2/11/2025 1:47:30 PM

Freeform Signing

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events

Status

Timestamps

Envelope Sent

Hashed/Encrypted

2/11/2025 1:43:25 PM

Certified Delivered

Security Checked

2/11/2025 1:43:44 PM

Signing Complete

Security Checked

2/11/2025 1:47:30 PM

Completed

Security Checked

2/11/2025 1:47:30 PM

Payment Events

Status

Timestamps